



DISPENSA DE LICITAÇÃO

BASE LEGAL: ARTIGO 75 – INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – DECRETOS MUNICIPAIS Nº 104 E Nº 105 / 2022 E Nº 064/2023

Exclusivo para Pessoas Físicas e Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e MEI (Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Municipal nº 1439/2021, e suas respectivas alterações)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024 MENOR PREÇO VALOR UNITÁRIO

O **MUNICÍPIO DE KALORÉ, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.771.238/0001-10, com sede na Praça Francisco Lemes Gonçalves, 267, centro, na cidade de Kaloré-PR, por intermédio do departamento de licitações, torna público A **CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO VALOR UNITÁRIO**, nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 104 e 105/2022 e nº 064/2023 e as exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	DIA 28/03/2024 às 17h00min
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.
ENDEREÇO ELETRÔNICO E FÍSICO PARA ENTREGA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	E-mail: licitacao@kalore.pr.gov.br Praça Francisco Lemes Gonçalves, nº 267, CEP: 86920-000, Kaloré – Pr.

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/OU PESSOA FÍSICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE REFORÇO ESCOLAR PARA ATUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE KALORÉ.

1.2. BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei n. 14133/2021 (...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos – Decreto 11.871 de 29 de dezembro de 2023), no caso de outros serviços e compras;

1.3. No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Decreto 11.871/2023): Inciso II, que autoriza a contratação direta para no caso de outros serviços e compras no valor de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

1.4.1. Será realizada a contratação através de Dispensa de Licitação, com pesquisa realizada, verificando-se se os valores apresentados estão em conformidade com os praticados no mercado, e se apresentam de maneira vantajosa para a Administração, inclusive, quanto às condições de prestação dos serviços e/ou fornecimento dos produtos.

1.5. A Prefeitura Municipal de Kaloré – Pr, justifica o procedimento de Dispensa de Licitação com base no Artigo 75, do inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma a cumprir o disposto no art. 72, da mesma lei apresentamos a presente justificativa.

1.6. A dispensa será realizada de forma mista, com a intenção de alcançar o maior número de licitantes, já que permite a entrega de proposta física e eletrônica (através de e-mail), caso a mesma fosse apenas eletrônica, o Município utiliza o Sistema da Caixa Econômica Federal (Licitações Caixa), e como o processo de Dispensa é mais célere, poderia prejudicar licitantes que não tem cadastro no sistema.

1.7. Em razão do previsto na Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações, em seu art. 47, que trata do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá



ser realizado exclusivamente para essas empresas, conforme também prevê o art. 48 da mesma Lei, e/ou para pessoas físicas.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do Artigo 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste instrumento convocatório.

2.2. Não poderão participar desta Licitação as empresas nos termos do Artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/2021, que:

- a). Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b). Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- c). Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- d). O impedimento de que trata letra 'b' do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- e). Que não se enquadre como Pessoa Física, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, Conforme Lei Complementar Federal nº 123/2006, e suas alterações, e conforme Lei Municipal nº 1439/2021.
- f). A participação no certame importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Kaloré - Pr, na classificação abaixo:

135 – 07.011.12.365.0020.6.001.3.3.90.36.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

136 – 07.011.12.365.0020.6.001.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

137 – 07.011.12.365.0020.6.001.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

145 – 07.011.12.365.0020.6.003.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

159 – 07.011.12.365.0020.6.015.3.3.90.36.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

160 – 07.011.12.365.0020.6.015.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

177 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.36.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

179 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

180 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

181 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.39.00.00 (fonte 01107) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

194 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.36.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.



195 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.36.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

196 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

197 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor global estimado para contratação será de R\$ 59.076,00 (cinquenta e nove mil e setenta e seis reais).

4.1.1. Quanto ao preço unitário, base de julgamento desta licitação, estes encontram-se listados no termo de referência – anexo I

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

5.1. A presente Dispensa de Licitação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Kaloré - Paraná, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Licitação através do email: licitacao@kalore.pr.gov.br, ou protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Kaloré.

5.1.1. Limite para apresentação da Proposta de Preços: **28/03/2024 às 17h00min.**

6. HABILITAÇÃO

6.1. A Empresa e/ou Pessoa Física que ofertar a Proposta de Menor Preço será convocada pelo Setor de Licitação a encaminhar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para Endereço Eletrônico: licitacao@kalore.pr.gov.br no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da convocação.

6.1.1. Para **Pessoa Jurídica**, os documentos de Habilitação são:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede da empresa proponente;
- d) Prova de Regularidade com o Tesouro Municipal, da sede da proponente, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão;
- f) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e/ou, se for o caso, a(s) respectiva(s) alteração (ões) contratual (is), que comprove em seu objeto social a habilitação para atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais. E no caso de sociedades por ações, deverão ser acompanhados de documentação da eleição de seus administradores;
- g) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ);
- h) Declaração Obrigatória de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para Fruição dos Benefícios da Lei Complementar Nº 123/2006, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI MUNICIPAL Nº 1439/2021

Dispensa de Licitação nº ____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____

DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, enquadra-se como:

() – MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() – EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() – MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme a legislação vigente.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei



Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade, número e órgão emissor)

i) Declaração de que não emprega menores de 18 anos conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F.

Dispensa de Licitação nº ____/____

(Nome da Empresa)....., CNPJ nº, estabelecida à(endereço completo)..... declara, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do ART. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

_____, ____ de _____ de ____.
Local e Data.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E ASSINATURA

j) Declaração de Idoneidade conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

Dispensa de Licitação nº ____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a): _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA não ter recebido do Município de Kaloré SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

k) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação (Modelo abaixo):

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº ____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, expressamente para fins de participação da DISPENSA DE LICITAÇÃO nº ____/____, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes. Por ser verdade assina a presente

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

l) Declaração de concordância e aceitação das condições gerais, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL

Dispensa de Licitação nº ____/____

(Nome da empresa) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____ portador (a) CPF nº _____, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital desta Dispensa, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

m) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme modelo abaixo:



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº ____/____

(Nome da empresa) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____ portador (a) CPF nº _____, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no edital, e para fins do DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/____, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na DISPENSA DE LICITAÇÃO em epígrafe.

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

n) Declaração de não parentesco conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Dispensa de Licitação nº ____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, especialmente para a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/____, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que não se enquadra nas vedações previstas na citada Lei, assim como não sou servidor público municipal e que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até 3º grau, com os funcionários públicos municipais de Kaloré-Pr.

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

o) Declaração de endereço eletrônico da empresa proponente, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Dispensa de Licitação nº ____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, especialmente para a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/____, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que:

- 1- Possui endereço eletrônico, sendo este o _____;
- 2- Tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informá-lo de imediato por meio de nova declaração;
- 3- Tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2, não implicará qualquer vício processual.

Local, ____ de ____ de 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

p) Relação do(s) profissional(is) que prestará(rão) o(s) serviço(s) e Cópia do Certificado de Conclusão do Magistério e/ou do Curso Superior de Pedagogia e/ou Matemática (para o item 3 do objeto da licitação) do(s) profissional(is), em condições regulares para exercerem a função:

MODELO

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESEMPENHAR OS SERVIÇOS

REF: Dispensa de Licitação nº ____/20__.

Conforme o disposto no Edital em epígrafe, declaramos que o(s) responsável(is) pela execução dos serviços, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº	Nome	Formação	Assinatura do profissional responsável

Declaramos, outrossim, que o (s) profissional (ais) acima relacionado (s) pertence (m) ao nosso quadro de profissionais/ contrato de prestação de serviços.

Local, ____ de ____ de 20__.

(Nome, RG nº e assinatura do responsável legal da empresa)

Obs.: Juntamente com esta relação, deverá ser apresentada a documentação de formação profissional dos responsáveis pela execução dos serviços.



q) Caso o(s) profissional(is) não seja(m) membros do quadro social da empresa, deverá ser apresentado comprovação de vínculo entre os profissionais e a empresa, por meio de contrato de prestação de serviços e/ou registro em Carteira de Trabalho.

6.1.2. Para **Pessoa Física**, os documentos de Habilitação são:

- a) Carteira de Identidade – RG;
- b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Certificado de Conclusão do Magistério e/ou do Curso Superior de Pedagogia e/ou Matemática (para o item 3 do objeto da licitação), em conformidade com a legislação vigente;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio da proponente;
- f) Prova de Regularidade com o Tesouro Municipal, do domicílio da proponente, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos;
- g) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas CNDT (Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Trabalhistas);
- h) Declaração de Idoneidade conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

Dispensa de Licitação nº ____/____

O(A) proponente _____, inscrito(a) no CPF nº _____ e portador(a) da carteira de identidade nº _____, DECLARA não ter recebido do Município de Kaloré SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Local, _____ de _____ 20__.

(nome e assinatura)

k) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação (Modelo abaixo):

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº ____/____

O(A) proponente _____, inscrito(a) no CPF nº _____ e portador(a) da carteira de identidade nº _____, DECLARA, expressamente para fins de participação da DISPENSA DE LICITAÇÃO nº ____/____, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes. Por ser verdade assina a presente

Local, _____ de _____ 20__.

(nome e assinatura)

l) Declaração de concordância e aceitação das condições gerais, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL

Dispensa de Licitação nº ____/____

O(A) proponente _____, inscrito(a) no CPF nº _____ e portador(a) da carteira de identidade nº _____, DECLARA que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital desta Dispensa, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Local, _____ de _____ 20__.

(nome e assinatura)

m) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº ____/____

O(A) proponente _____, inscrito(a) no CPF nº _____ e portador(a) da carteira de



identidade nº _____, para cumprimento do previsto no edital, e para fins do DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/____, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na DISPENSA DE LICITAÇÃO em epígrafe.

Local, ____ de ____ 20__.

(nome e assinatura)

n) Declaração de não parentesco conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Dispensa de Licitação nº ____/____

O(A) proponente _____, inscrito(a) no CPF nº _____ e portador(a) da carteira de identidade nº _____, DECLARA, especialmente para a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/____, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que não se enquadra nas vedações previstas na citada Lei, assim como não sou servidor público municipal e que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até 3º grau, com os funcionários públicos municipais de Kaloré-Pr.

Local, ____ de ____ 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

o) Declaração de endereço eletrônico da empresa proponente, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Dispensa de Licitação nº ____/____

O(A) proponente _____, inscrito(a) no CPF nº _____ e portador(a) da carteira de identidade nº _____, DECLARA, especialmente para a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/____, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que:

- 1- Possui endereço eletrônico, sendo este o _____;
- 2- Tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informá-lo de imediato por meio de nova declaração;
- 3- Tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2, não implicará qualquer vício processual.

Local, ____ de ____ 20__.

(nome e assinatura do responsável legal)

7. DA DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

7.1. A publicação dos atos oficiais da Contratação será de responsabilidade do Município.

7.2. No período que compreende a divulgação dos Editais de Abertura até a publicação da Homologação do Resultado Final, os atos serão divulgados no endereço eletrônico da Contratada, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Kaloré e no Órgão de Imprensa Oficial do Município sendo que os atos posteriores serão divulgados no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Kaloré.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada, na execução do objeto, obrigar-se-á:

I - Iniciar a execução dos serviços em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contatos a partir da data da solicitação, no local estipulado na solicitação, e de acordo com o cronograma a ser disponibilizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura. Caso o fornecimento não seja realizado dentro do prazo, a contratada ficará sujeita à multa estabelecida no contrato.

I.1 - O prazo para o início da execução dos serviços poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Contratada e aprovação pela Administração Municipal.

II - A Contratada se responsabiliza por executar os serviços rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Edital e Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

III - Substituir/Refazer o(s) serviço(s) em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam executados com defeitos ou imperfeições.

IV - Fornecer à Contratante, de forma regular e nas condições requisitadas, os serviços objeto do certame.

V - Providenciar a imediata correção de eventuais deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

VI - Zelar pela boa execução do presente instrumento, de modo que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.

VII - Cumprir fielmente, os compromissos avençados e solucionar os problemas que porventura venham surgir, relacionados particularmente com a execução dos serviços.



VIII - Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do contrato.

IX - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante a execução do contrato.

X - Arcar com todas as despesas decorrentes do objeto contratual, inclusive se no caso couber despesas com materiais, mão-de-obra, locomoção, seguros de acidentes, impostos, fretes, contribuições e outros.

XI - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do presente instrumento, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

XII - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Kaloré ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega do produto.

XIII - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.

XIV - Manter durante a execução do contrato as condições que ensejaram sua adjudicação e não transferir a outrem, no todo ou em parte, os fornecimentos objeto deste instrumento, nem sub-contratar, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura do Município de Kaloré.

XV - Fornecer o serviço nas condições estipuladas neste, mediante a solicitação e quantificação do Município de Kaloré.

XVI - Reparar, corrigir, remover, reconstituir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XVII - Sujeitar-se às disposições do CDC - Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

XVIII - Não pode estar em débito com o sistema da seguridade social, sob pena de não receber seus benefícios e/ou créditos, nos termos do § 3º do art. 195 da Constituição da República.

XIX - O contratado deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos artigos 2º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

XX - É responsabilidade da contratada a qualidade dos serviços executados, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectados impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado.

XXI - Informar ao Município, durante a vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, fac-símile, telefone ou outros.

XXII - A contratada obriga-se a executar o cumprimento do objeto deste contrato somente após autorização da contratante, por seu representante legal - prefeito em exercício.

XXIII - Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

O Município Contratante, durante a execução do objeto pela Contratada, obrigar-se -á:

I - Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pela contratada, no sentido de proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus fornecimentos, dentro das normas do contrato.

II - Acompanhar e fiscalizar o contrato podendo sustar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço quando o mesmo não estiver dentro das normas e especificações.

III - Comunicar à contratada as irregularidades observadas na execução do objeto.

IV - Permitir o acesso da contratada e/ou dos funcionários da contratada às dependências do estabelecimento, para a execução dos serviços solicitados.

V - Efetuar o pagamento dos fornecimentos realizados.

VI - Deverá o Município Conveniente consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, por meio do portal da transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou entrega do bem.

10. PROPOSTA DE PREÇO

10.1. A Proposta Preços deverá ser apresentada de acordo com este Edital.

10.2. A Proposta Preços deverá ser apresentada na forma do Anexo II deste Edital, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por Meio Mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem



emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Nome/Razão Social, CPF/CNPJ, endereço, CEP, telefone/e-mail e pessoa de contato;
 - b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$), especificando a descrição do objeto e sua marca. Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
 - c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;
- 10.3.** A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para-fiscais fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.
- 10.4.** Para a correta elaboração da proposta de preços, deverá o INTERESSADO examinar todos os documentos exigidos neste Edital, bem como em TERMO DE REFERÊNCIA e atender a todas as condições nele contidas.
- 10.5.** A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação.
- 10.6.** Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital.

11. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

11.1. O valor estimado da contratação será obtido através do menor preço entre as propostas apresentadas, nos termos do artigo 23, da Lei Federal nº 14.133/2021. Destaca-se que os mesmos devem guardar compatibilidade entre si, estando adequados aos preços praticados no mercado.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mensalmente, iniciando-se no mês subsequente ao início da prestação dos serviços, de acordo com o preço apresentado na proposta e mediante apresentação da seguinte documentação até o 5º dia útil de cada mês:

- a) *Para Pessoa Jurídica:* Nota Fiscal Eletrônica, juntando a ela a certidão negativa de débitos atualizada de tributos Estaduais, Federais, dívida ativa do Estado Paraná, e certidão negativa de débitos com a Previdência Social e FGTS e ainda Relatório dos Serviços Prestados no período do mês anterior, o qual deverá ser atestado pelo fiscal do contrato.
- b) *Para Pessoa Física:* Relatório dos Serviços Prestados no período, o qual deverá ser atestado pelo fiscal do contrato, juntando a ele a certidão negativa de débitos atualizada de tributos Estaduais e Federais.

12.1.1. A documentação acima deverá ser apresentada mensalmente, até o 5º dia útil do mês corrente, mas referente aos serviços prestados no mês anterior.

12.1.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da apresentação da documentação, devidamente autorizada pela Diretoria do Departamento Municipal de Educação e Cultura, por intermédio da tesouraria do Município de Kaloré, mediante depósito em conta-corrente.

12.1.3. A contratada deverá indicar no momento de apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Relatório os dados Bancários (Banco/Agência e Conta Corrente) para que seja feito o devido pagamento.

12.2. O pagamento será feito sem qualquer forma de reajuste, inclusive ônus de frete, devendo constar da nota fiscal o número da licitação Dispensa.

12.3. O pagamento pela execução dos serviços constante do anexo I e II do Processo de Dispensa de Licitação, fica condicionado à aprovação e a liberação dos recursos pelo órgão repassador dos recursos ao Município de Kaloré-Pr (*quando se aplicar*).

12.4. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.5. Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

12.6. Do pagamento sobre bens e serviços, haverá retenção do imposto de renda, e ISS (*quando se aplicar*), na forma da legislação vigente.

12.7. Instrução Normativa RFB n. 2.145, de 26 de junho de 2023

"Art. 2º-A. Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil."

13. DO REAJUSTE DE PREÇO

13.1. Não haverá reajuste.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. O prazo máximo para o início da execução dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, no local estipulado na solicitação, e de acordo com o cronograma a ser disponibilizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

14.1.1. O prazo para o início da execução dos serviços poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Contratada e aprovação pela Administração Municipal.

14.1.2. A estimativa de contratação visa à execução dos serviços por período de 09 (nove) meses.

14.2. O prazo de vigência do contrato será de 09 (nove) meses, iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por termo aditivo firmado entre as partes conforme Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados mediante acordo entre as partes, respeitando a legislação vigente.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O gestor e fiscal do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre profissionais capacitados para exercerem essas funções:

Parágrafo Primeiro

Caberá a gestão do contrato à Sra. CAMILA MARIA MELOQUERO CIVIDINI, RG: 9445998-2 e CPF: 066.546.119-42 no cargo de Diretora Municipal de Educação e Cultura, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à entrega objeto contratado;
- manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a entrega, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Parágrafo Segundo

Caberá ao fiscal do contrato, à Senhora TEREZA CRISTINA STENCEL PEREIRA, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica do Departamento Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 3669358-4 e do CPF nº 578.018.359-72, o acompanhamento da entrega do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

Parágrafo Terceiro



A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Quarto

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de inadequações técnicas e legais, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Quinto

Ao CONTRATANTE não caberá quaisquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados pelo fiscal, os quais, enquanto perdurar a vigência da garantia previsto no ordenamento jurídico, deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

16. SANÇÕES E PENALIDADES

16.1. Conforme cláusula específica no contrato

17. DISPOSIÇÃO GERAIS

17.1. Poderá o Município revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

17.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

17.3. A anulação do presente edital, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71, da Lei Federal nº 14.133/21.

17.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

17.5. Esclarecimentos relativos à presente dispensa de Licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados formalmente, através do endereço: Praça Francisco Lemes Gonçalves nº 267 - Centro, Cep: 86.920-000 – Fone: 43 3453-1170/1394 – Prefeitura Municipal de Kaloré, Estado do Paraná, ou por endereço eletrônico: e-mail: licitacao@kalore.pr.gov.br

18. ANEXOS AO EDITAL

18.1. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Minuta de Contrato.

Kaloré – PR, 22 de Março de 2024.

EDMILSON LUIS STENCEL
PREFEITO MUNICIPAL DE KALORÉ



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/OU PESSOA FÍSICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE REFORÇO ESCOLAR PARA ATUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE KALORÉ.

1.2. A forma de contratação será através de Dispensa de Licitação, com base no Artigo 75, Inciso II, da Lei n. 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 104 e 105/2022 e 064/2023.

1.3. DESCRIÇÃO:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
01	720	Horas	Prestação de Serviços de Instrutor de Reforço Escolar, Matérias Escolares Diversas, para atendimento da Demanda da Escola Municipal Ângelo Impossetto - Ensino Fundamental I – Sede do Município de Kaloré. A prestação dos serviços consiste em ministrar aulas de reforço escolar para alunos, visando oferecer atendimento especializado aos que apresentarem defasagem de aprendizagem. A carga horária semanal <u>estimada</u> é de 20 horas, por um período de 9 meses, de acordo com cronograma disposto pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura. Serviços esses que deverão ser prestados por profissionais que possuam Magistério ou Curso Superior Completo na área de Pedagogia.	27,35	19.692,00
02	720	Horas	Prestação de Serviços de Instrutor de Reforço Escolar, Matérias Escolares Diversas, para atendimento da Demanda da Escola Municipal do Campo - Paraíso da Infância - Ensino Fundamental I – Distrito de Jussara. A prestação dos serviços consiste em ministrar aulas de reforço escolar para alunos, visando oferecer atendimento especializado aos que apresentarem defasagem de aprendizagem. A carga horária semanal <u>estimada</u> é de 20 horas, por um período de 9 meses, de acordo com cronograma disposto pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura. Serviços esses que deverão ser prestados por profissionais que possuam Magistério ou Curso Superior Completo na área de Pedagogia.	27,35	19.692,00
03	720	Horas	Prestação de Serviços de Instrutor de Reforço Escolar, Matéria de Matemática, para atendimento da Demanda das Escolas Municipais - Ensino Fundamental I – Município de Kaloré e Distrito de Jussara (conforme necessidade). A prestação dos serviços consiste em ministrar aulas de reforço escolar para alunos, relativo a matéria de matemática, visando oferecer atendimento especializado aos que apresentarem defasagem de aprendizagem de tal matéria. A carga horária semanal <u>estimada</u> é de 20 horas, por um período de 9 meses, de acordo com cronograma	27,35	19.692,00



		disposto pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura. Serviços esses que deverão ser prestados por profissionais que possuam Magistério ou Curso Superior Completo na área de Pedagogia e/ou Curso Superior Completo na área de Matemática.		
--	--	---	--	--

Valor global: R\$ 59.076,00 (cinquenta e nove mil e setenta e seis reais).

1.3.1. A(s) marca(s) e/ou o(s) modelo(s) eventualmente citada(s) neste, serve apenas para verificar a similaridade com o serviço a ser fornecido, não sendo considerada(s) como exigência.

1.3.2. As especificações técnicas exigidas são necessárias, devido a inevitável contratação de serviços que atendam precisamente as necessidades desta municipalidade, por conseguinte, serviços com padrão de qualidade inferior não produziram o resultado estimado, conforme as finalidades precípuas do trabalho.

1.3.3. As quantidades descritas acima são estimativas de consumo, as quais serão solicitadas em conformidade com a necessidade demandada pelas escolas municipais, e, portanto, não se obrigando a administração à aquisição total do objeto.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação haja vista a necessidade em ofertar qualidade aos alunos, pois muitas crianças necessitam de complemento das atividades e conteúdo, visando possibilitar oportunidade de melhor aproveitamento escolar e por consequência rendimento nos estudos. É sabido que a defasagem na aprendizagem tornou-se maior, com a pandemia, onde ficou prejudicada a realização de aulas presenciais, e com isso reduziu a participação aluno com professor no processo ensino aprendizagem. Embora o ritmo de aprendizado seja diferente para cada criança, ao longo do ano, é indispensável que o poder público crie e ofereça mecanismos para diminuir essa diferença. Assim a melhor opção no momento encontrada pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura para nivelar essas defasagens entre os alunos é investir em docentes.

As aulas de reforço são uma estratégia educacional complementar que visa apoiar alunos com dificuldades em disciplinas específicas, fortalecendo o entendimento de conceitos e melhorando o desempenho na sala de aula. O objetivo principal de uma aula de reforço é auxiliar no desenvolvimento do aluno, adaptando-se às suas necessidades e ritmo de aprendizagem, para que ele supere suas dificuldades e alcance melhores resultados na escola e na sociedade como um todo.

Com relação à matéria de Matemática, torna-se necessário uma atenção especial, já que diversos estudantes apresentam defasagem nesta disciplina e a aprendizagem é necessária em ferramentas que serão utilizadas em toda a vida. Matemática é muito mais que tabuada, frações, regra de três e fazer operações no papel. Ela está presente em toda a nossa vida cotidiana: no ato de ver as horas no relógio, nas contas, boletos e cálculo de frete, na contagem de tempo, nas operações usando dinheiro, em receitas culinárias, etc. Ela trabalha as principais bases do desenvolvimento intelectual, praticando o raciocínio lógico, a abstração, o pensamento crítico e outras habilidades cognitivas, como o foco e a concentração.

Além disso, uma base sólida de conhecimentos matemáticos desenvolve a autoconfiança, a autonomia e outras capacidades importantes para a educação socioemocional, contribuindo para o desenvolvimento do estudante como cidadão e sua autonomia.

O que torna difícil a aprendizagem da Matemática é a própria estigmatização da matéria como uma disciplina complexa, faz com que muitos alunos tenham medo dela, desestimulando o aprendizado. Além disso, a matemática é uma matéria que funciona com o acúmulo de conhecimentos, ou seja, para compreender a próxima etapa, é necessário dominar a anterior, e, quando um assunto não é bem assimilado, o estudante chega à próxima etapa sem as ferramentas necessárias para seguir em frente, resultando no mau desempenho, desmotivação e um ciclo vicioso de dificuldades. Por estes motivos é necessária atenção especial à matéria de matemática para a formação dos estudantes da rede municipal de ensino de Kaloré.

Com objetivo de suprir com a demanda da Escola Municipal Ângelo Impossetto e da Escola do Campo Paraíso da Infância no Distrito de Jussara há a necessidade da contratação de 03 (três) instrutores de reforço escolar, para complementar o quadro de educadores das escolas, dessa forma, preenchendo o déficit de profissionais nas Instituições citadas. Cumpre salientar que as maiores deficiências e dificuldades, inclusive o maior déficit de profissionais, estão concentradas na Escola Municipal do Campo Paraíso da Infância. Por estes motivos serão direcionados um instrutor para cada escola, atendendo às diversas matérias, e um instrutor de reforço para a matéria de matemática para atendimento de ambas as escolas, conforme necessidade.



03. PRAZO DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.

3.1. O prazo máximo para o início da execução dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, no local estipulado na solicitação, e de acordo com o cronograma a ser disponibilizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

3.1.1. O prazo para o início da execução dos serviços poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Contratada e aprovação pela Administração Municipal.

3.1.2. A estimativa de contratação visa à execução dos serviços por período de 09 (nove) meses.

3.2. O prazo de vigência do contrato será de 09 (nove) meses, iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por termo aditivo firmado entre as partes conforme Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados mediante acordo entre as partes, respeitando a legislação vigente.

04. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

4.1. Os Serviços serão executados na Escola Municipal Ângelo Impossetto, localizada na sede do Município de Kaloré, e na Escola do Campo Paraíso da Infância, localizada no Distrito de Jussara, conforme descrições constantes no objeto da licitação, e de acordo com o cronograma disposto pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

4.2. Não será aceito atraso ou desistência, na hipótese deste acontecer, o município deverá ser comunicado previamente, inclusive ser apresentada justificativa plausível, sem prejuízo de incidência das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

05. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO

5.1. Para o recebimento e fiscalização do objeto desta Dispensa de licitação, o CONTRATANTE designa como responsável pelo recebimento dos itens objeto deste contrato administrativo a servidora TEREZA CRISTINA STENCEL PEREIRA, ocupante do cargo de COORDENADORA PEDAGÓGICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, portadora do RG nº 3669358-4 e do CPF nº 578.018.359-72, de acordo com o órgão do Município de Kaloré-Pr que requisitar o produto, que fará o recebimento, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável pela fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com o solicitado neste Termo de Referência;

b) definitivamente, com emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade e características dos produtos entregues e consequente aceitação, nos termos deste contrato.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização dos serviços prestados e/ou dos produtos entregues será efetuada por técnicos do CONTRATANTE, que deverão dispor de amplo acesso às informações e serviços/produtos que julgarem necessários. A fiscalização não isenta a CONTRATADA das responsabilidades assumidas com a celebração do contrato.

Parágrafo Segundo – O recebimento definitivo do objeto, não exime a CONTRATADA de responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidade, segurança, compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades.

Parágrafo Terceiro – Os produtos entregues pela contratada se dará de acordo com a necessidade da contratante, e para atender o órgão Público acima descrito, que sempre encaminhará solicitação, discriminando o local, quantidade de produtos a serem entregues. Quando da entrega dos produtos, a contratada deverá identificar o funcionário do Município responsável pelo recebimento dos produtos, pedindo sua assinatura e colocando o número do RG e do CPF do recebedor.

Parágrafo Quarto – Fica designado como fiscal do Contrato Administrativo a servidora TEREZA CRISTINA STENCEL PEREIRA, ocupante do cargo de COORDENADORA PEDAGÓGICA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, portadora do RG nº 3669358-4 e do CPF nº 578.018.359-72.

5.2. Caberá a gestão do contrato a Sra. CAMILA MARIA MELOQUERO CIVIDINI, RG: 9445998-2 e CPF: 066.546.119-42 no cargo de Diretora Municipal de Educação e Cultura, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à entrega objeto contratado;



- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a entrega, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

06. DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será mensal e ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura/Relatório (juntamente com toda documentação exigida) pelo Fiscal do Contrato, sendo que deverá ser emitida Nota Fiscal/Fatura/Relatório somente após a análise, verificação, memoriais e planilhas (*quando se aplicar*) dos serviços executados.
- 6.2. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada Ordem de fornecimento, devendo constar na Nota Fiscal o número do Processo de Licitação que a originou.
- 6.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 6.4. Do pagamento sobre bens e serviços, haverá retenção do imposto de renda e ISS (quando se aplicar) na forma da legislação vigente.

07. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E VALOR ESTIMADO

- 7.1. O fornecimento dos serviços deverá ocorrer em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, no Instrumento Contratual e em estrita observância as disposições legais.
- 7.2. Valor estimado conforme cotação de preço e mapa comparativo do Setor requisitante.

Kaloré – PR, 22 de Março de 2024.

CAMILA MARIA MELOQUERO CIVIDINI
DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE KALORÉ



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA
PROPOSTA COMERCIAL

Dispensa de Licitação nº. ____/20__

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/OU PESSOA FÍSICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE REFORÇO ESCOLAR PARA ATUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE KALORÉ.

RAZÃO SOCIAL/NOME: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CNPJ/CPF Nº: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ENDEREÇO COMPLETO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

TELEFONE/FAX: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

E-MAIL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

NOME: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF/MF Nº: xxxxxxxxxxxxxxxx

CARGO/FUNÇÃO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

RG Nº: xxxxxxxxxxxxxxxx

EXPEDIDO POR: xxxxxxxxxxxxxxxx

DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO:

Item	Unid.	Qtde	Discriminação/Especificação dos Serviços	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

VALOR GLOBAL: R\$ _____ (_____)

PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: conforme solicitação do Município, e conforme disposto no Edital e anexos.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: (.....) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias)

DECLARAÇÕES:

Declaro que concordo e me submeto a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;
Declaro que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;
Declaro ainda que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação.

(Local e data)

(Assinatura e identificação do signatário)

(Número do RG e órgão emissor, número do CPF)



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Ref. Dispensa de Licitação nº ____/____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE KALORÉ-PR, inscrito no CNPJ n 75.771.238/0001-10, com sede à Praça Francisco Lemes Gonçalves, Nº 267, CEP 86920-000, na cidade de Kaloré-Pr, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. _____, residente e domiciliado em Kaloré-PR, portador da Cédula de Identidade RG _____ / ____-__, e do CPF/MF sob nº _____, e de outro lado

CONTRATADA:inscrita no CNPJ nº, endereço nº, bairro....., CEP, na cidade de, neste ato representado por sócio administrador, portador(a) do RG n, e do CPF nº

celebram o presente contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com base na Dispensa de Licitação nº/....., e nos termos da lei n. 14133/2021, Decreto Municipal nº 104 e 105/2022 e demais legislações citadas no edital anteriormente citados, e Demais Legislações pertinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/OU PESSOA FÍSICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE REFORÇO ESCOLAR PARA ATUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE KALORÉ.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TOTAL					

Parágrafo Primeiro – As quantidades descritas acima são estimativas de consumo, as quais serão solicitadas em conformidade com a necessidade demandada pelas escolas municipais, e, portanto, não se obrigando a administração à aquisição total do objeto.

Parágrafo Segundo – É vedado o consórcio, a subcontratação ou transferência total ou parcial, dos serviços que compõem o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1. O prazo máximo para o início da execução dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, no local estipulado na solicitação, e de acordo com o cronograma a ser disponibilizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

2.1.1. O prazo para o início da execução dos serviços poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Contratada e aprovação pela Administração Municipal.

2.1.2. A estimativa de contratação visa a execução dos serviços por período de 09 (nove) meses.

2.2. O prazo de vigência do contrato será de 09 (nove) meses, iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por termo aditivo firmado entre as partes conforme Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados mediante acordo entre as partes, respeitando a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O gestor e fiscal do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre profissionais capacitados para exercerem essas funções:

Parágrafo Primeiro Caberá a gestão do contrato a Sra. CAMILA MARIA MELOQUERO CIVIDINI, RG: 9445998-2 e CPF: 066.546.119-42 no cargo de Diretora Municipal de Educação e Cultura, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:



- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à entrega do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a entrega, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Parágrafo Segundo

Caberá ao fiscal do contrato, à Senhora TEREZA CRISTINA STENCEL PEREIRA, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica do Departamento Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 3669358-4 e do CPF nº 578.018.359-72, o acompanhamento da entrega do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

Parágrafo Terceiro

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Quarto

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de inadequações técnicas e legais, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Quinto

Ao CONTRATANTE não caberá quaisquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados pelo fiscal, os quais, enquanto perdurar a vigência da garantia previsto no ordenamento jurídico, deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto

Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, reserva-se à Prefeitura Municipal de Kaloré o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará o preço ofertado na proposta da CONTRATADA, livre de transporte, alimentação e outros encargos, o valor total de R\$ ++++++ (+++++).

CLÁUSULA QUINTA– DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente, iniciando-se no mês subsequente ao início da prestação dos serviços, de acordo com o preço apresentado na proposta e mediante apresentação da seguinte documentação até o 5º dia útil de cada mês:

- a) *Para Pessoa Jurídica*: Nota Fiscal Eletrônica, juntando a ela a certidão negativa de débitos atualizada de tributos Estaduais, Federais, dívida ativa do Estado Paraná, e certidão negativa de débitos com a Previdência Social e FGTS e ainda Relatório dos Serviços Prestados no período do mês anterior, o qual deverá ser atestado pelo fiscal do contrato.
- b) *Para Pessoa Física*: Relatório dos Serviços Prestados no período, o qual deverá ser atestado pelo fiscal do contrato, juntando a ele a certidão negativa de débitos atualizada de tributos Estaduais e Federais.

5.1.1. A documentação acima deverá ser apresentada mensalmente, até o 5º dia útil do mês corrente, mas referente aos serviços prestados no mês anterior.

5.1.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da apresentação da documentação, devidamente autorizada pela Diretoria do Departamento Municipal de Educação e Cultura, por intermédio da tesouraria do Município de Kaloré, mediante depósito em conta-corrente.

5.1.3. A contratada deverá indicar no momento de apresentação da Nota Fiscal/Fatura os dados Bancários (Banco/Agência e Conta Corrente) para que seja feito o devido pagamento.

5.2. O pagamento será feito sem qualquer forma de reajuste, inclusive ônus de frete e/ou transporte, devendo constar da nota fiscal o número da licitação Dispensa nº . ____/____.



5.3. O pagamento pela entrega dos produtos constante do anexo I e II do Processo de Dispensa de Licitação, fica condicionado à aprovação e a liberação dos recursos pelo órgão repassador dos recursos ao Município de Kaloré-Pr (*quando se aplicar*).

5.4. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.6. Do pagamento sobre bens e serviços, haverá retenção do imposto de renda, e ISS (*quando se aplicar*), na forma da legislação vigente.

5.7. **Instrução Normativa RFB n. 2.145, de 26 de junho de 2023**

"Art. 2º-A. Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil."

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS/REEQUILÍBIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Não haverá revisão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

135 – 07.011.12.365.0020.6.001.3.3.90.36.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

136 – 07.011.12.365.0020.6.001.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

137 – 07.011.12.365.0020.6.001.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

145 – 07.011.12.365.0020.6.003.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

159 – 07.011.12.365.0020.6.015.3.3.90.36.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

160 – 07.011.12.365.0020.6.015.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

177 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.36.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

179 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

180 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

181 – 07.019.12.361.0021.6.007.3.3.90.39.00.00 (fonte 01107) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

194 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.36.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

195 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.36.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.



196 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.39.00.00 (fonte 01103) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

197 – 07.019.12.361.0021.6.008.3.3.90.39.00.00 (fonte 1104) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Iniciar a execução dos serviços em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contatos a partir da data da solicitação, no local estipulado na solicitação, e de acordo com o cronograma a ser disponibilizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura. Caso o fornecimento não seja realizado dentro do prazo, a contratada ficará sujeita à multa estabelecida no contrato.

I.1 - O prazo para o início da execução dos serviços poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Contratada e aprovação pela Administração Municipal.

II - A Contratada se responsabiliza por executar os serviços rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Edital e Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

III - Substituir/Refazer o(s) serviço(s) em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam executados com defeitos ou imperfeições.

IV - Fornecer à Contratante, de forma regular e nas condições requisitadas, os serviços objeto do certame.

V - Providenciar a imediata correção de eventuais deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

VI - Zelar pela boa execução do presente instrumento, de modo que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.

VII - Cumprir fielmente, os compromissos avençados e solucionar os problemas que porventura venham surgir, relacionados particularmente com a execução dos serviços.

VIII - Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do contrato.

IX - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante a execução do contrato.

X - Arcar com todas as despesas decorrentes do objeto contratual, inclusive se no caso couber despesas com materiais, mão-de-obra, locomoção, seguros de acidentes, impostos, fretes, contribuições e outros.

XI - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do presente instrumento, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

XII - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Kaloré ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega do produto.

XIII - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.

XIV - Manter durante a execução do contrato as condições que ensejaram sua adjudicação e não transferir a outrem, no todo ou em parte, os fornecimentos objeto deste instrumento, nem sub-contratar, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura do Município de Kaloré.

XV - Fornecer o serviço nas condições estipuladas neste, mediante a solicitação e quantificação do Município de Kaloré.

XVI - Reparar, corrigir, remover, reconstituir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XVII - Sujeitar-se às disposições do CDC - Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

XVIII - Não pode estar em débito com o sistema da seguridade social, sob pena de não receber seus benefícios e/ou créditos, nos termos do § 3º do art. 195 da Constituição da República.

XIX - O contratado deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos artigos 2º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

XX - É responsabilidade da contratada a qualidade dos serviços executados, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectados impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado.

XXI - Informar ao Município, durante a vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, fac-símile, telefone ou outros.



XXII - A contratada obriga-se a executar o cumprimento do objeto deste contrato somente após autorização da contratante, por seu representante legal- prefeito em exercício.

XXIII - Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

XXIV - Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXV - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitadas pela contratada, no sentido de proporcionar todas as condições para que a empresa possa desempenhar seus fornecimentos, dentro das normas do contrato.

II - Acompanhar e fiscalizar o contrato podendo sustar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço quando o mesmo não estiver dentro das normas e especificações.

III - Comunicar a licitante as irregularidades observadas na execução do objeto.

IV - Permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências do estabelecimento, para a execução dos serviços solicitados.

V - Efetuar o pagamento dos fornecimentos realizados.

VI - Deverá o Município Conveniente consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, por meio do portal da transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou entrega do bem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1. O recebimento definitivo contratado se dará apenas após a verificação da conformidade com a especificação, bem como verificação da qualidade e desempenho apresentados conforme mencionado em edital.

10.2. A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;



III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração de Kaloré-Pr por prazo não superior a 3 (três) anos

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem “11.12” poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.4. Rescisão unilateral do contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos.

12.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Poderá A CONTRATANTE, nos termos e condições estabelecidas pela legislação, rescindir o presente contrato, unilateralmente ou mediante prévio acordo com a CONTRATADA, na ocorrência de hipótese prevista no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE, autorizada a reter, até o limite dos prejuízos experimentados os créditos a que tenha direito.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

13.4. A rescisão administrativa e amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela Autoridade Competente.

13.5. Constitui, ainda, causa de rescisão contratual a situação de irregularidade da CONTRATADA perante o RECEITA FEDERAL/INSS e FGTS.

13.6. A rescisão unilateral deverá ser comunicada, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que haja direito de indenização de qualquer espécie à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PERDAS E DANOS

A parte que der causa à rescisão do contrato por dolo ou culpa, ficará obrigada a indenizar a outra o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da parte adversa, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 137 da lei n. 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEI REGRADORA

A presente contratação reger-se-á por este contrato, pelas regras estabelecidas na Dispensa de Licitação nº ____/____, pela Lei Federal n. 14.133/2021, Decretos Municipais nº 104 e 105/2022 e nº 064/2023 PMKaloré-Pr, e demais legislações pertinentes à espécie.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de entrega do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de JANDAIA DO SUL - PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que produza todos os jurídicos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE KALORE, aos ____ de _____ de 20__.

MUNICIPIO DE KALORE
CNPJ: 75.771.238/0001-10

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG n. _____

Nome: _____
RG n. _____